



Ata nº11

Ata da Sessão Ordinária de Assembleia de Freguesia de Ouça

----- Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e dezanove, na localidade de Ouça, nas instalações da sede da Junta de Freguesia, situadas na Rua da Estrada, nº 21, 3840-302 Ouça, pelas vinte e uma horas, teve início a sessão Ordinária de assembleia de freguesia de Ouça, na presença de Tiago Manuel Ferreira Cardoso, presidente da Assembleia, que dirigiu os trabalhos e deu início à reunião.-----

----- Foi realizada a marcação de presenças, contando com a presença dos seguintes cidadãos: -----

----- *Tiago Manuel Ferreira Cardoso* -----

----- *Francisco Manuel Ferreira Silvestre* -----

----- *Luís Alberto de Jesus Rocha* -----

----- *Liliana de Oliveira da Cruz* -----

----- *Carlos Alberto Rocha Moreira* -----

----- *Maria Fernanda de Jesus de Almeida Oliveira*-----

----- *Wilson António de Oliveira Oliveira* -----

----- *António Alexandre Santos* -----

----- Faltou à presente reunião: -----

----- *Alexandre Sérgio Barros Leite* -----

----- Abrindo o ponto um, foi lida a ata da reunião anterior, tendo a mesma sido colocada a votação, onde foi aprovada por unanimidade, com 7 votos a favor. --

----- Seguiu-se para o ponto número dois, “Período antes da ordem do dia, nos termos do artigo 52º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”. -----



----- Toma a palavra, a D^a Fernanda que questiona se as intervenções nos passeios do cemitério já estão concluídas, ao que o presidente responde que não, que só tenciona ter as obras no cemitério terminadas entre setembro e outubro do corrente ano. O presidente continua informando que todas as sepulturas que tinham alvará para 6,25m não foram intervencionadas, todas as que não tinham alvará para essas medidas sofreram intervenção. A D^a Fernanda prossegue dando conhecimento que, se os restantes passeios não sofrerem intervenções, ela irá reconstruir o seu passeio, que foi demolido. Depois introduz o tópico da rampa do cemitério para informar que este era um projeto que também tinha no seu programa eleitoral e, que em reunião com os engenheiros da câmara municipal, lhe foi dito que a intervenção não poderia ser realizada, devido à falta de espaço. Para se poder realizar ali uma rampa, a mesma teria de ter menos de 1% de inclinação, o que era impossível naquele espaço. A D^a Fernanda, continua referindo que a rampa que agora foi construída tem uma inclinação muito superior à referida atrás e que, por isso, se a mesma der problemas, inclusive devido ao facto dos idosos do lar utilizarem aquela rampa, a D^a Fernanda enquanto membro de assembleia, quer deixar claro, que nada tem a haver com esse facto. Toma a palavra o presidente da junta para dizer que ao contrário do referido pela D^a Fernanda, a atual rampa está dentro da lei, pois a questão da obrigatoriedade de 1% de inclinação é apenas para novas obras e tendo em conta, que a opção tida pela junta não implicou a construção de uma nova obra, a mesma está dentro da lei. A D^a Fernanda continua dizendo que ainda assim, a rampa para um idoso com dificuldades de locomoção está muito perigosa e aproveita para registar que entre a rampa e o passeio, que fica na sua lateral, não tem largura suficiente para a passagem de uma cadeira de rodas. -----

----- Toma a palavra o Sr. Francisco Silvestre, que questiona se a rampa foi feita agora e se a mesma está perigosa. O presidente informa que a rampa foi feita agora e que questionou os senhores que andavam a fazer as obras no cemitério, num dia de chuva, sobre se a mesma se encontrava escorregadia, ao que os senhores lhe disseram que não. No caso de se detetarem problemas ao nível da



aderência, ficou acordado com a empresa que fez a rampa que a mesma poderá sofrer uma pintura mais areada, que fará aumentar a aderência. Em termos de inclinação, o presidente informa que a rampa se encontra na inclinação máxima permitida, que corresponde a 10% e que inclusive, ao fazer-se a rampa o reboco das floreiras caiu, o que implicou a destruição das mesmas e a construção de uns varandins. -----

----- Inicia-se o ponto número três: “Apreciar informação escrita do presidente da junta acerca da situação financeira da freguesia nos termos da alínea e) do nº 2 do artigo 9º da Lei 75/2013, de 12 de setembro”. Neste ponto, o presidente de junta faz uma explicação detalhada da receita da junta. Assim, no período compreendido entre 15 de dezembro de 2018 e 11 de abril de 2019, a receita da junta foi equivalente a 23.199 euros que diz respeito sobretudo ao pagamento do fundo de financiamento de freguesias e ao pagamento do Acordo de delegação de competências. No que à despesa concerne, foram gastos 25.434,54 euros sobretudo com aquisição de serviços, despesas com pessoal e aquisição de bens. Quanto aos saldos de gerência, a junta de freguesia possuía, a 11 de abril de 2019, na conta da Caixa Geral de Depósitos, 11.467,59 euros. Na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo a junta detinha 5.271,54 euros. O total das contas perfaz um somatório de 16.739,13 euros. O ponto número três finda com o presidente a dar conhecimento das atividades desenvolvidas pela junta, no período acima referido. -----

----- A reunião prossegue com o ponto quatro “Apreciação e Votação do Relatório de Contas de 2018”. O presidente de junta apresentou aos membros da assembleia o relatório de contas do ano 2018, onde explicitou as receitas e as despesas da junta ao longo desse mesmo ano, assim como as opções de gestão do executivo. Nenhum dos membros da assembleia manifestou ter dúvidas no final da apresentação. Colocado o relatório de contas a votação, o mesmo foi aprovado com 7 votos a favor e uma abstenção (entretanto chegou o Sr. Luís Rocha). -----

----- Inicia-se o ponto número cinco: “Apreciação e Votação da Proposta de Alteração do Carimbo Heráldico”. O presidente informa que quando o atual



executivo tomou posse, foi informado de que não havia na junta o selo branco e este mesmo executivo considera que o selo, pelas características que dá a qualquer órgão de soberania, é imprescindível à junta. Tendo em conta que a junta de Ouça não o possuía, foi contactada a DGAL sobre este mesmo assunto, ao que esta respondeu questionando a existência ou não de um auto de roubo ou extravio, que foi confirmado pelo executivo não haver. A DGAL sugere então que seja pedida uma segunda via deste selo. -----

----- Toma a palavra a D^a Fernanda para explicar a situação do selo heráldico. Explica que, logo após ter tomado posse, não sabendo precisar quando, a junta foi assaltada, tendo os ladrões entrado pelas janelas traseiras e levado quase todos os computadores que tinham sido entregues à junta, pela empresa Aveiro Digital. O antigo executivo chamou a GNR e tratou de ver o que faltava na junta, não tendo dado pela falta do selo branco. Alguns dias depois o executivo deu pela falta deste selo, e ficaram preocupados pela possibilidade de haver falsificação de documentos da junta. Assim, a D^a Fernanda enquanto presidente de junta, ligou para a GNR para dar conhecimento a esta entidade, da falta do selo branco. O presidente de junta questiona a D^a Fernanda se sabe precisar a data do roubo, pois o atual executivo esteve com a GNR e esta entidade não tem registo do desaparecimento do selo branco, ao que a D^a Fernanda responde que não sabe precisar a data, mas que o assalto foi no início do seu mandato e que se notou o desaparecimento do selo heráldico, dois a três dias depois do assalto, tendo a GNR sido informada por via telefónica. O presidente admite que está justificado o desaparecimento e que é importante que esta justificação fique registada em ata. A D^a Fernanda prossegue expondo que concorda com o fabrico da segunda via do selo, uma vez que considera que este é muito mais elegante para os documentos de uma junta, apesar de ser caro. O presidente toma a palavra para informar que uma segunda via do selo branco custará à junta cerca de 400 euros e que, antigamente, o mesmo selo heráldico custava cerca de 2000 euros. Informa ainda que a proposta do atual executivo, é então, deixar de utilizar o selo a óleo e adquirir uma segunda via do selo branco, que passará então a ser utilizado em todos os documentos oficiais. Foi colocada a votação esta



proposta do executivo, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade, com 8 votos a favor. -----

-----Passa-se ao ponto número seis: “Intervenção do Público, nos termos nº1, do artigo 49º, da lei 75/2013, de 12 de setembro”. Não houve intervenções do público a registar. -----

----- Para constar e para os devidos efeitos se lavrou a minuta da presente ata, sendo a mesma lida em voz alta e levada a votação pela assembleia, tendo sido aprovada por unanimidade (8 votos a favor), sendo de seguida assinada pelos membros da mesma. -----

----- Não tendo sido apresentado mais nenhum assunto a esclarecer, toma a palavra Tiago Cardoso, presidente da assembleia: -----

----- Declara a sessão encerrada agradecendo a todos a sua presença e a forma ordeira como a sessão decorreu. -----



-----Ouça, vinte e cinco de janeiro de dois mil e dezanove-----

-----O Presidente da Assembleia de Freguesia

----- (Tiago Manuel Ferreira Cardoso)

-----O Primeiro secretário da Assembleia

----- (Luís Alberto de Jesus Rocha)

-----O Segundo secretário da Assembleia

----- (Liliana de Oliveira da Cruz)